

Finanças

Banco Posição interna é que, por ora, nada muda nos principais cargos

Esteves negocia sua volta com sócios do BTG

Vanessa Adachi
De São Paulo

A volta de André Esteves ao BTG Pactual, ontem, abriu uma temporada de negociações entre ele e os sete sócios principais do banco, os chamados "top seven partners". O que está em pauta é qual será o seu papel formal e de fato no banco que controlava, presidida e do qual era a face pública até ser preso, em 24 de novembro do ano passado, sob suspeita de tentar obstruir as investigações da Operação Lava-Jato. "Muito terá que ser discutido para se encontrar um caminho, que será diferente do anterior", comentou um sócio.

Até ontem, a posição conhecida internamente é que nada deverá mudar nos principais cargos de liderança, permanecendo Marcelo Kalim e Roberto Sallouti como co-CEOs e Persio Arida como chairman da instituição. Até porque, embora a medida cautelar que o mantinha em recolhimento domiciliar tenha sido suspensa, o Supremo Tribunal Federal ainda não decidiu se acata ou não a denúncia oferecida pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra o ex-banqueiro e ele ainda é citado em outro inquérito no STF (ver texto nesta página). Assim, retomar o controle acionário ou mesmo voltar a ocupar um cargo formal são ações que podem deixar o banco

vulnerável diante de novo revés. A expectativa dentro do banco é que a acusação seja rejeitada, mas não se sabe quanto tempo essa decisão levará para ser tomada.

O que se negocia agora é qual será o papel de Esteves na nova estrutura que se configurou a partir do seu afastamento. Além dos cargos, dentro da manobra para blindar o banco, Esteves abriu mão das ações de controle, trocando-as por ações sem poder de voto. "Um evento dessa proporção, em que o banco esteve ameaçado, abriu novos caminhos. Todos tiveram um amadurecimento nesse processo, inclusive o André", disse um sócio, sugerindo que não há como voltar à estrutura anterior, em que Esteves era CEO e chairman. "Parceiros de negócios do banco enxergaram os demais sócios com respeito por termos passado pelo teste que passamos", completou.

Ontem, desde cedo Esteves participou de reuniões no banco com os sócios, em que o tema foi tratado. A expectativa é que uma decisão seja anunciada nos próximos dias.

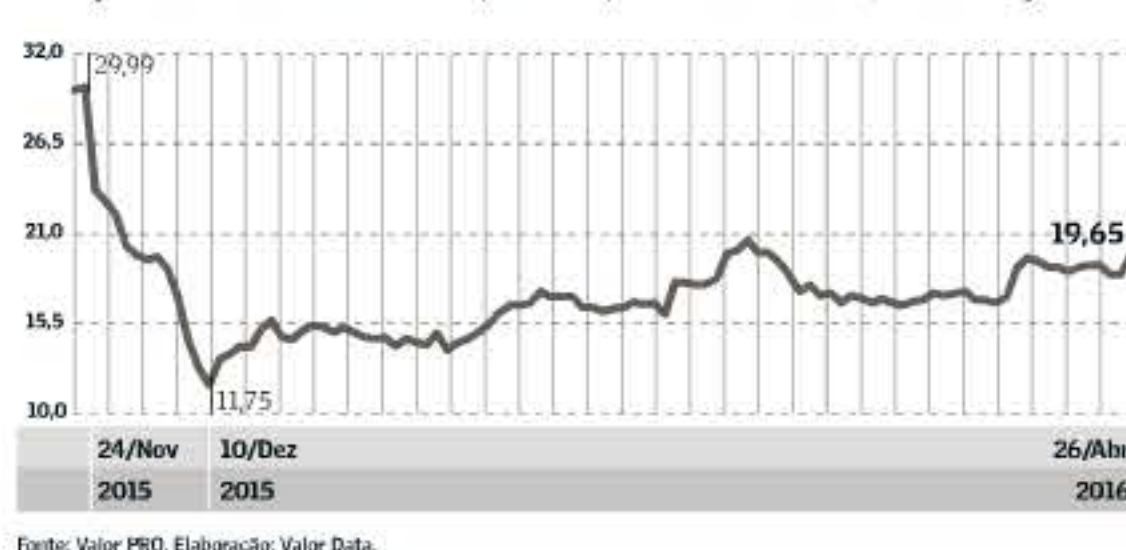
Na segunda-feira, assim que foi informado por seus advogados da decisão do ministro Teori Zavascki, do STF, Esteves decidiu ir até o banco e surpreendeu a maioria. Chegou por volta das 19h30 e, segundo uma fonte, reuniu os funcionários e fez um rápido discurso de agradecimento pelo apoio e "torci-



Esteves, ex-controlador do BTG: desde ontem cedo, executivo participa de reuniões sobre seu futuro na instituição

Ações do BTG ensaiam recuperação

Colaço das units desde a véspera da prisão de Esteves, em R\$/ação



Fonte: Valor P10. Elaboração: Valor Data.

da" que recebeu durante o período em que ficou afastado.

Quando da crise aberta pela prisão de Esteves abalou sua capacidade de liderança sobre os demais sócios, independentemente de cargos formais, é a grande pergunta que se fazia ontem dentro e fora do banco. "Ele ainda tem a liderança, sim, sobre os demais", disse fonte próxima. Da resposta a essa pergunta vai depender a conformação da sociedade ("partnership") num prazo mais longo, a despeito da solução que for encontrada para recebê-lo imediatamente.

O retorno de Esteves à administração do BTG também dependeria do aval do Banco Central. Questionado, o BC afirmou, em nota, que ao analisar pedidos nessa linha "considera informa-

ções relativas à existência de processos no Poder Judiciário, mormente para fins de avaliação da reputação do interessado", sem comentar o caso específico.

Esteves volta à cena com um banco já fora de perigo, que busca se recuperar depois de ter encolhido muito. Nas últimas semanas, Kalim e Sallouti têm feito um road show internacional para voltar a atrair os investidores institucionais estrangeiros. Com o resultado da investigação independente em mãos, que apontou que não há indícios de ilícitos no banco, a briga agora é para trazer o dinheiro de volta para o banco e para seus fundos.

Lá fora, a fuga de capital foi até mais intensa. Em 90 dias a partir da prisão de Esteves, o fundo Global Emerging Markets, conhecido como GEM, saiu de um patrimônio

de US\$ 5 bilhões para US\$ 200 milhões. Praticamente desapareceu. Nenhum fundo doméstico teve perda de magnitude semelhante.

O relatório da auditoria independente, conduzida pela reputada firma americana Quinn Emanuel Urquhart & Sullivan, a mesma contratada pela Fifa para passar suas contas a limpo, é tido pelos sócios como um dos quatro marcos para indicar ao mercado que o banco começa a voltar à normalidade. A venda do controle do banco suíço BSI e a publicação do balanço de 2015 auditado e sem ressalvas eram dois outros marcos, já cumpridos. O quarto ponto almejado é repagar 100% da linha de liquidez de R\$ 6 bilhões concedida pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) no auge da crise, o que deve ser feito assim que sair o pagamento do BSI.

Ontem, as units do banco subiram 6,22%. Na véspera da prisão, fecharam a R\$ 29,99 e chegaram a cair a R\$ 11,75, em 11 de dezembro, no pior momento. Os bônus do banco no exterior também têm se recuperado. Ontem quase não houve transações com os papéis. O título com vencimento em 2022 não teve negócio ontem e era cotado a 82,5% do valor de face. Antes de 24 de novembro, os papéis valiam mais de 90% e chegaram a bater 39% em 3 de dezembro. (Colaboraram Simone Cavalcanti e Eduardo Campos)

Fundos abertos da instituição perdem quase R\$ 15 bi

Luciana Seabra
De São Paulo

Desde que André Esteves, ex-controlador do BTG Pactual, foi preso, em 25 de novembro do ano passado, cai o patrimônio líquido nos fundos de investimento abertos da casa. O montante nessas carteiras acessíveis ao público, que era de R\$ 21,5 bilhões um dia antes da prisão, bateu R\$ 6,7 bilhões na última sexta-feira, um encolhimento de 69%, conforme um levantamento do consultor Marcelo d'Agosto com base na provedora independente de dados Morningstar.

"Já estamos vendo uma volta à normalidade, principalmente nos fundos que agregam maior alfa para o investidor", diz Mariana Cardoso, sócia da BTG Pactual Asset Management, em referência às carteiras capazes de ter desempenho superior à média de mercado. O Absoluto, um dos fundos de

Patrimônio em queda

Valor aplicado em fundos abertos do BTG desde a prisão de Esteves (R\$ bi)



Fonte: Estudo do consultor financeiro Marcelo d'Agosto, com base na Morningstar

ações de melhor histórico da indústria, ainda está longe dos R\$ 827,49 milhões do dia anterior à prisão de Esteves, mas parou de perder patrimônio neste ano. O montante aplicado na última sexta-feira era R\$ 378,69 milhões, tendo crescido desde fevereiro R\$ 6,86 milhões, mas houve um em-

purrao do rali da bolsa. A carteira rendeu 8,42% em março.

A carência de alguns fundos da casa, em que os pedidos de resgate somente são efetivados em 30, 60 e 90 dias leva a alguns efeitos atrasados do evento com Esteves.

O BTG também gere fundos exclusivos e restritos, pertencentes a um único cliente de alto pa-

trimônio ou a ele e seus familiares. Para essas carteiras, a visibilidade é menor. Com base na Morningstar, os produtos que não foram transferidos para outros gestores somam hoje R\$ 36,2 bilhões, o que corresponde a R\$ 6,6 bilhões a menos do que cinco meses atrás, ou uma queda de 15%, com base na Morningstar.

Somados os dois, portanto, a queda de patrimônio é de R\$ 21,4 bilhões. O dinheiro sacado por clientes é certamente maior, já que houve um crescimento do patrimônio com a rentabilidade no período — dado que a maior parte das carteiras teve retorno positivo — e o levantamento não incluiu fundos que foram transferidos para outras casas.

Os dados disponíveis na Anbima, associação que representa os gestores, são mais defasados, de fevereiro, mas incluem essas carteiras encerradas e também produtos geridos pelo BTG com do-

mício fora do país. Nesse caso, a redução de patrimônio é ainda maior, de R\$ 44,85 bilhões entre outubro e fevereiro, ou 31%.

Ainda assim, o BTG manteve no período sua posição como sexta maior gestora de recursos brasileira, com R\$ 98,74 bilhões, atrás de Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa e Santander. O sétimo colocado, HSBC, está distante, com R\$ 80,25 bilhões.

Outra frente de atuação do BTG no mercado de fundos é como administrador, em que tem a missão de verificar se a carteira está de acordo com a legislação vigente. Nesse caso, o dado da Anbima, também de fevereiro, mostra que as saídas superaram as entradas em R\$ 58,59 bilhões, rebaixando o banco no período de quinto para oitavo maior administrador de recursos. Como o banco administra os fundos que gere, esse valor inclui os resgates nas carteiras da própria casa e de terceiros.

Fora de regra do BC, Gerador busca comprador

Marina Falcão
Do Recife

Com suas demonstrações de 2015 ressaltadas pelos auditores por "desvio de prática contábil", o banco pernambucano Gerador se prepara para submeter ao BC uma proposta de venda para outra instituição financeira, até a primeira quinzena de maio. A proposta, segundo o Valor apurou, inclui uma reestruturação societária e operacional da instituição financeira, cujo índice de solvência está desequilibrado há dois anos.

No fim de 2014, diante dos primeiros sinais da recessão econômica, o último banco privado do Nordeste interrompeu a expansão e começou encolher. Os quatro sócios-fundadores Paulo Della Nora, Paulo Sérgio Macedo, Severino Mendonça

e Antônio Lavareda — este conhecido pela atuação em marketing político — decidiram não aportar mais capital na instituição e iniciaram a desalavancagem do banco por meio da cessão de carteiras de crédito.

O Gerador começou a sua atuação em 2009, em uma empreitada que partia da premissa de crescimento na região menos bancarizada do país. A instituição, que em 2010 comprou a marca do falido Banorte, atuava na oferta de consignado e capital de giro para pequenas e médias empresas. No balanço do ano passado, a administração descreveu que os dois segmentos sofreram acentuada redução de spreads nos últimos anos, "especialmente pela forte atuação dos grandes bancos".

De acordo com as demonstrações financeiras, o índice de Basileia, que mede a solvência do banco, era ne-

gativo em quase 31%, quando o mínimo requerido é de 11%. A situação era pior do que em 2014, quando a instituição encerrou o ano com o Basileia negativo em 12%.

O patrimônio líquido do banco era positivo em R\$ 23,24 milhões no fim de 2015, mas o valor foi questionado pelos auditores independentes no seu parecer. Para os auditores, o Gerador praticou desvio de norma contábil ao registrar no seu ativo um crédito tributário de R\$ 54 milhões que, possivelmente, não se realizará. Sem a contabilização desse valor, o patrimônio líquido do banco ficaria negativo em R\$ 31 milhões.

Segundo a norma contábil adotada no Brasil, o crédito tributário gerado a partir de prejuízos nos exercícios anteriores é realizado no momento em que o a empresa volta a registrar lucro. Parte da premissa,

portanto, da continuidade dos negócios e perspectiva de lucro, o que pode não ser o caso do Gerador. A instituição vem reduzindo significativamente o crédito com objetivo de eliminar totalmente a carteira dos produtos atuais, enquanto revê seu modelo de negócios por meio da associação com outro grupo, e vem registrando sucessivos prejuízos. "Essa situação indica que o Banco poderá não ser capaz de realizar seus créditos no curso normal das operações", afirmaram os auditores da PWC.

Os auditores ressaltaram ainda prática do banco de registrar uma receita R\$ 1,17 milhão decorrente da baixa de parcelas pendentes a devolver aos clientes.

No ano passado, o Gerador teve prejuízo líquido de R\$ 19,7 milhões, perda 32% inferior à de 2014. A receita líquida caiu 28%, para R\$

75,18 milhões. A instituição ressaltou ter uma "confortável" situação de caixa de R\$ 63 milhões e que está determinada a continuar com a estratégia de redução de ativos e passivos concomitantemente.

Questionado sobre uma potencial intervenção no Gerador, o BC informou apenas que "não comenta a situação específica de nenhuma instituição financeira".

Em viagem ao exterior, os sócios Dalla Nora e Lavareda não concederam entrevista. Macedo e Mendonça não foram localizados. O presidente do banco, Ademir Cossello, disse que não está autorizado a comentar a situação financeira do banco por conta do sigilo exigido no memorando de entendimento firmado com outro grupo econômico, que ele não revelou qual era. (Colaborou Fernando Torres, de São Paulo)

Ex-banqueiro aparece junto com Cunha no STF

Leticia Casado e Carolina Oms
De Brasília

O ex-banqueiro André Esteves é investigado em um dos inquéritos contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, no âmbito da Operação Lava-Jato e que tramitam no Supremo Tribunal Federal, apurou o Valor. Esteves foi denunciado em novembro em outra investigação, por suposto envolvimento em esquema para comprar o silêncio do ex-diretor de Internacional da Petrobras, Nestor Cerveró. Essa denúncia deve ser aditada nos próximos dias, e a expectativa da defesa do banqueiro é que sua situação seja amenizada, uma vez que o aditamento deve incluir novas pessoas e reduzir as responsabilidades de Esteves sobre os fatos aos quais ele é acusado.

Na decisão em que revogou medidas cautelares de Esteves, o ministro Teori Zavascki escreveu que Esteves continua denunciado em uma investigação e "atualmente está sendo investigado no inquérito" com outro número. A reportagem apurou que o inquérito mencionado por Teori corresponde a um cujo principal investigado é Eduardo Cunha.

Em novembro, a Procuradoria-Geral da República informou que havia encontrado documento que liga o BTG a Cunha. O deputado teria recebido propina para incluir emenda em uma medida provisória que favoreceria o banco.

A Procuradoria-Geral da República prepara um aditamento à denúncia oferecida em dezembro contra o banqueiro e outras três pessoas: o senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS); Diogo Ferreira, seu chefe de gabinete; e Edson Ribeiro, então advogado de Cerveró.

Preso em novembro, Esteves foi apontado pelos investigadores da Lava-Jato como o financiador dos pagamentos à família de Cerveró, preso desde janeiro de 2015, para que ele não fizesse acordo de delação premiada. Na ocasião, apresentaram um áudio gravado por Bernardo, filho de Cerveró, no qual Delcídio citava Esteves como financiador dos pagamentos.

Em dezembro, a PGR denunciou os quatro pela acusação de "impedir e embarçar" as investigações da Lava-Jato. Assim, eles passaram da condição de investigados à de formalmente acusados na Justiça.

Delcídio do Amaral ficou preso por quase três meses e, no começo deste ano, fez acordo de delação premiada e envolveu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a família de seu amigo, o pecuarista José Carlos Bumlai como mandantes dos pagamentos para calar Cerveró. As informações foram corroboradas por Ferreira também em delação premiada. Lula e Bumlai negam as acusações.

O processo tramita em segredo de Justiça, mas o Valor apurou que há um mês a PGR pediu suspensão dos prazos para fazer um aditamento à denúncia. Ontem, Adriano Bretas, advogado de Delcídio, disse que isso seria feito na próxima semana.

O criminalista Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, que defende Esteves diz que a denúncia contra seu cliente deve ser ponderada, uma vez que os delatores apontam outra pessoa — no caso Lula e Bumlai — e, portanto, ele deveria ser inocentado pelos acusadores.

Juridicamente não é possível excluir um denunciado, mas o juiz ou ministro pode receber a denúncia em parte — e assim, por exemplo, não acatar as acusações contra Esteves.

Posteriormente, o STF terá que decidir se abre ou não ação penal contra Esteves. Se Supremo aceitar a denúncia, André Esteves vira réu. Se rejeitar, ele fica livre das acusações.